

Senado entra com ação contra TSE

por Adriano Vasconcelos
de Brasília

A briga entre o Legislativo e o Judiciário está declarada. O Senado deve entrar com uma ação, possivelmente no Supremo Tribunal Federal (STF), até a próxima terça-feira, contestando a decisão do Tribunal Superior Eleitoral (TSE) de casar o registro da candidatura à reeleição do presidente do Congresso Nacional, senador Humberto Lucena (PMDB/SP).

Após reunião do colégio de líderes, da qual participou também Lucena, o primeiro secretário da Mesa Diretora do Senado, senador Júlio Campos, anunciou que a Casa deve contratar um advogado fora do seu quadro de funcionários para defender o Senado como instituição. "Esta decisão do TSE fere a independência 'interna corporis' do Senado. Trata-se de uma medida coercitiva", justificou Campos.

Segundo Júlio Campos, o TSE extrapolou na sua punição ao senador Lucena na medida em que o condenou por ter utilizado, em novembro do ano passado, os serviços do Cegraf para publicar 130 mil calendários com seu nome e fotografia. "Uma prática comum e rotineira na Casa, que só foi proibida expressamente pela Justiça Eleitoral em 28 de junho passado, depois de uma consulta ao Tribunal", observou o primeiro secretário do Senado.

Ainda hoje pode ser divulgado o nome do advogado que representará o Senado. Estão sendo cogitados pelo menos quatro nomes: do professor Raul Horta Ma-

chado, do ex-consultor-geral da República Célio Silva, do advogado José Guilherme Vilella, e o jurista Saulo Ramos — este último já foi, inclusive, contratado por Lucena para auxiliá-lo na formulação do recurso que apresentará contestando sua condenação pelo TSE.

Paralelamente à ação judicial que será promovida pelo Senado, Lucena pretende ingressar no TSE com um embargo declaratório, pedindo a revisão de sua pena. Além disso, há a possibilidade de o senador entrar com um mandado de segurança junto ao STF e um pedido de liminar, que garantiria a sua candidatura até as eleições de 3 de outubro.

Humberto Lucena chegou ontem em Brasília no início da tarde, num avião bimotor do governo da Paraíba. Ao desembarcar no hangar da Lider Táxi Aéreo, o senador foi recebido com aplausos por diversos familiares, assessores de seu gabinete e toda a diretoria do Senado Federal. O mesmo ocorreu durante sua chegada ao prédio do Congresso Nacional, onde os funcionários prepararam um ato de desagravo ao senador. O diretor geral do Cegraf, Agaciel Maia, puxava um coro: "Humberto, Humberto, Humberto!"

As primeiras declarações de Lucena em Brasília demonstraram sua inconformidade com a punição sofrida pelo TSE. "Me sinto injustiçado", disse o senador. O diretor de comunicação social e relações públicas do Senado, José Orlando Barbosa, no afã de proteger o chefe do assédio da

imprensa, agrediu com um soco o repórter da TV Bandeirantes, Fábio Panúnzio.

Acomodado na sala de reuniões da presidência do Senado, cercado pelos líderes partidários da Casa, Lucena então deu uma entrevista coletiva na qual sustentou que está com a consciência tranquila e que não praticou qualquer crime eleitoral. "Sofri uma violência inominável, pois estou com uma eleição praticamente garantida. Afinal, o

que fiz é uma prática comum dentro do Legislativo", reclamou. Ele acha que está sendo usado como bode expiatório e lembrou que "a Paraíba está em comção".

Lucena também afirmou que considera que o TSE interferiu numa questão "interna corporis" do Senado. "Não sei se o Judiciário poderia intervir desse jeito", questionou. O senador negou que, para se defender, tenha denunciado outros parlamentares.

O líder do PT, senador Eduardo Suplicy (SP), foi o único que ousou pedir ao presidente do Congresso Nacional maior transparência no funcionamento do Cegraf e punição aos demais parlamentares que utilizaram os mesmos serviços que Lucena. "Não entro no mérito da decisão do TSE. Mas punir só o presidente do Senado não está certo", defendeu.

Em nome do PSDB, o senador Maurício Correa (DF), disse que "há indig-

nação na Casa (Senado) pelo excesso e o peso da condenação imposta pelo TSE". Ele ofereceu-se para ajudar a assessoria jurídica do Senado a contestar o que classificou de ingerência do Judiciário em economia interna do Legislativo. O presidente da Câmara, deputado Inocêncio Oliveira (PFL/PE), esquivou-se de dar declarações mais comprometedoras, pois acha difícil que a cassação da candidatura de Lucena possa ser revertida.